



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 5121/2013

INQUÉRITO POLICIAL Nº 0151/2012

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

PROCURADOR OFICIANTE: MÁRIO LÚCIO AVELAR

RELATOR: CARLOS AUGUSTO DA SILVA CAZARRÉ

INQUÉRITO POLICIAL. APURAÇÃO DA PRÁTICA DO CRIME DE USO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO RELATIVO A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (CP, ART. 293, § 1º, INC. I). DOCUMENTO NÃO AUTÊNTICO UTILIZADO NO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES MANTIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO (ENUNCIADO Nº 32). NÃO HOMOLOGAÇÃO. INFRAÇÃO PRATICADA CONTRA INTERESSE DA UNIÃO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Inquérito Policial instaurado para a apurar a prática do crime previsto no art. 293, § 1º, inc. I, do Código Penal.
2. A notícia do crime de uso de certidão negativa de débito relativo a contribuições previdenciárias falsa, ainda que perante órgão estadual (Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás), revela o interesse da União.
3. Isso porque a só falsificação de documentos federais, expedidos pela Receita Federal do Brasil, independentemente do uso que se faz – se perante órgãos públicos federais, estaduais ou privados –, induz à atribuição do Ministério Público Federal e competência da Justiça Federal. Precedentes STF e STJ.
4. Não homologação do declínio de atribuição e designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.

Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar a suposta prática do crime previsto no art. 293, § 1º, inc. I, do Código Penal.

Consta dos autos que o Sr. Jair Balduino de Souza, procurador da empresa Mundial Cópias Ltda, apresentou certidão negativa de débito relativo a contribuições previdenciária falsa perante a Superintendência de Suprimentos e Logística da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (fls. 07/15).

Em sua manifestação, o Procurador da República oficiante, às fls. 114/116, requereu a declinação de competência em favor da Justiça Estadual, ao fundamento de que *“os fatos apurados no indigitado procedimento [Representação para fins penais] não ocasionaram prejuízos diretos à autarquia previdenciária e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, porquanto o suposto crime de uso de documento público federal foi praticado contra órgão estadual (Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás)”*.

Os autos foram remetidos a esta 2ª CCR, nos termos do art. 28 do CPP c/c o art. 62, IV, da Lei Complementar nº 75/93.

É o relatório.

Não assiste razão ao il. Procurador da República oficiante.

O art. 109, inc. IV, da Constituição Federal, dispõe que compete aos Juízes federais processar e julgar *“os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral”*.

Como relatado, foi apresentada perante à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Goiânia certidão negativa de débito inautêntica, retirada por meio da internet, em nome do contribuinte Mundial Cópias Ltda.

No caso dos autos, basta a falsidade de documentos federais para se estar diante de atribuições do Ministério Público Federal e, *ipso facto*, de competência federal.

Com efeito, nos delitos de falsidade **está em jogo a fé pública do órgão responsável pela emissão dos verdadeiros documentos**. Deste modo, em se tratando de competência em razão da matéria, o bem jurídico tutelado quando se estiver perante falsidade de documentos públicos federais é a fé pública dos respectivos órgãos, incidindo, deste modo, a competência federal forte no inciso IV do art. 109 da Constituição.

Nesse sentido, a jurisprudência da Suprema Corte:

HABEAS CORPUS. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - E USO DO MESMO JUNTO A BANCO PRIVADO PARA RENOVAÇÃO DE FINANCIAMENTO. FALSIFICAÇÃO QUE, POR SI SÓ, CONFIGURA INFRAÇÃO PENAL PRATICADA CONTRA INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ORDEM CONCEDIDA.

A jurisprudência desta Corte, para fixar a competência em casos semelhantes, analisa a questão sob a perspectiva do sujeito passivo do delito. Sendo o sujeito passivo o particular, conseqüentemente a competência será da Justiça Estadual.

Entretanto, o particular só é vítima do crime de uso, mas não do crime de falsificação. De fato, o crime de *falsum* atinge a presunção de veracidade dos atos da Administração, sua fé pública e sua credibilidade.

Deste modo, a falsificação de documento público praticada no caso atinge interesse da União, o que conduz à aplicação do art. 109, IV, da Constituição da República.

Ordem concedida para fixar a competência da Justiça Federal para processamento e julgamento do feito.” (HC nº 85.773-6/SP, Relator Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, unânime, DJ: 27/04/2007).

Sobre o tema, merece destaque o voto proferido pela Min. Ellen Gracie no julgamento do RE nº 411.690-PR, cuja ementa segue adiante:

COMPETÊNCIA PENAL. FALSIDADE MATERIAL E IDEOLÓGICA. DOCUMENTOS FEDERAIS. CERTIDÃO DE DADOS DA RECEITA FEDERAL E GUIA DE RECOLHIMENTO DO ITR/DARF. 1. Cuidando-se de **falsidade de documentos federais, a competência é da Justiça Federal**. Releva, ainda, na hipótese, que a falsidade visou a obtenção de financiamento em instituição financeira, que é crime federal (Lei 7.492/96, arts. 19 e 26). 2. Recurso Extraordinário provido.(STF. RE 411.690/PR. Rel. Min. Ellen Gracie, DJ: 03/09/2004).

Por essas razões, entendendo ser de competência federal a hipótese dos autos, em que houve falsificação de documento público federal, voto no sentido de não acolher o pedido de declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual e designar outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Remetam-se estes autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, para cumprimento, dando-se ciência ao Procurador da República oficiante.

Brasília/DF, 24 de junho de 2013.

Carlos Augusto da Silva Cazarré
Procurador Regional da República
Suplente - 2ª CCR